

O que a história pode dizer sobre a profissão do psicólogo: a relação Psicologia–Educação*

*Maria Helena Souza Patto***

Num ensaio intitulado “O que a história tem a dizer-nos sobre a sociedade contemporânea?”, o historiador inglês Eric Hobsbawm responde: “o que ela não pode nos dizer é o que acontecerá: apenas quais problemas teremos que resolver”. Porque o estudo da história desvela recorrências, linhas de força do processo histórico, feito de continuidade e de descontinuidade.

O estudo da história da Psicologia vem tomando novos rumos em vários centros acadêmicos onde se ensina e se faz essa ciência, aqui e lá fora. É cada vez maior o número de pesquisas de fontes documentais que querem fazer uma história crítica — isto é, que leve em conta as determinações político-sociais — da constituição da Psicologia, em sua relação com a Pedagogia, nas sociedades industriais capitalistas. Em outras palavras, uma

* Versão adaptada e revista de intervenção em mesa-redonda apresentada no I Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, setembro 2002, São Paulo, SP.

** Professora titular do Instituto de Psicologia da USP. E-mail: mhspatto@usp.br

historiografia que parte da pergunta: qual o lugar ocupado pelo conhecimento produzido pela Psicologia científica nas relações de poder que vigoram numa sociedade dividida em classes?

Importante assinalar que, ao partir de uma concepção de crítica de filiação materialista histórica — ou seja, ao entender crítica do conhecimento como situá-lo, ir em busca de suas raízes, de seus compromissos sociais e históricos e descobrir o que está alojado em seus conceitos fundamentais —, essas pesquisas superam a concepção de História como mera seqüência temporal de nomes e fatos (teorias e sistemas) pendurados numa linha temporal. Superam uma concepção de história das idéias como “varal”, no qual autores pendem descolados do chão histórico em que produziram conceitos e práticas. Não que isto não sirva para nada; é catálogo que pode facilitar a escritura de uma História da Psicologia que supere a celebração de “pioneiros” ou “precursores”, sem que se pergunte sobre os compromissos políticos inerentes às teorias (isto é, incrustados em seus conceitos) de que se apropriaram e que veicularam no país.

Uma história das idéias, sem mais nada, é abstração que reforça a concepção de que a Ciência é neutra, de que os conceitos que a integram nada devem à realidade histórico-social em que foram geradas e/ou aplicadas. Segundo correntes historiográficas mais recentes e mais férteis, *a história das idéias é sempre social*. O que existe é uma *história social das idéias*, imprescindível à reflexão sobre o presente de uma ciência e de uma profissão. História é unidade de passado, presente e futuro. Para entendermos o presente, é preciso ir em busca de sua constituição histórica. Para pensar o seu futuro é preciso conhecer seu passado e seu presente, sobretudo em busca da identificação dos problemas que terão de ser enfrentados. Impossível pensar o futuro da Psicologia sem conhecer sua instituição num lugar e num tempo social e politicamente determinados. E quando falo em “política” não estou obviamente me referindo a doutrinas político-partidárias, mas à dimensão das *relações de poder* em vigor em sociedades concretas, das quais as teorias e as práticas fazem parte, seja para reafirmar essas relações, seja para contestá-las. Por tudo isso, quem se dedica à historiografia da Psicologia não pode declarar-se culpado por se voltar para o passado da profissão e, assim, descuidar de seu presente. Estudamos o passado não por interesse inútil e recriminável pelo que já foi, mas para entendermos o presente. Historiadores precisam ter clareza a respeito dos motivos pelos quais se dedicam à escrita da história.

A história das Ciências Humanas, em geral, e da Psicologia, em particular, não se dá acima da história política, social e econômica do lugar em que são produzidas, como se nada tivesse a ver com ela. Não é também uma história que se escreve sobre o pano de fundo da história do país. *A história da Psicologia no Brasil é parte integrante da história brasileira*, é um de seus elementos constitutivos, está implicada nos rumos por ela tomados, é determinada por ela e um de seus determinantes. Quando um psicólogo diz a um pobre que ele não está conseguindo se escolarizar porque não tem capacidade intelectual para isso (afinal de contas, seu QI é baixo...), ele está colaborando para o conformismo dos que não têm garantido o seu direito de educação escolar, mesmo que se encontre dentro de uma escola — mas de uma escola cujo ensino é de má qualidade e as relações dos professores com os alunos são mediadas por preconceito.

Para ilustrar o enraizamento sociopolítico da Psicologia, podemos tomá-la em sua relação com a Pedagogia no interior da Primeira República brasileira (1889-1930). História complexa que não cabe contar aqui. Limito-me a destacar alguns aspectos. A República instalou-se sem a participação do povo, resultado que foi de cisão no interior das oligarquias, e nasceu sob o lema positivista da "ordem e progresso". Aliás, todo o discurso republicano é marcado por obsessão ordeira. Com o fim da escravidão e com a imigração estrangeira como forma de suprir necessidades de mão-de-obra, grande número de pessoas convergiu para os centros urbanos maiores e valeu-se de várias estratégias de sobrevivência, o que criou uma situação assustadora que os intelectuais da burguesia chamaram "caos urbano". O medo de insurreições, de movimentos populares reivindicatórios, que sempre esteve presente na classe dominante, desde o tempo das casas-grandes e das senzalas, fora acentuado pelas teorias raciais, para as quais o povo brasileiro era degenerado, porque mestiço.

Não por acaso, data dessa época a criminalização das estratégias de vida no desemprego e na pobreza que pusessem em risco o direito à propriedade. As sutilezas das instituições disciplinares, localizadas por Foucault na passagem do século XVIII para o século XIX europeu — caracterizadas por um modo de organizar o espaço, de controlar o tempo, de vigiar e registrar continuamente o indivíduo e sua conduta, de disciplinar não mais pela violência da punição física, mas por meio de práticas mais incorporais de disciplina pela sujeição à *norma* —, não eram tão necessárias na sociedade brasileira quanto o foram na Europa liberal. No entanto, apesar de estarmos num país em que os poderosos sempre primaram pela barbárie nas

relações com os subalternos e adotaram apenas os princípios econômicos do liberalismo, foi nesse período da história republicana brasileira que a educação escolar e suas ciências auxiliares — a Biologia e a Psicologia — começaram a ser difundidas, tendo em vista a formação de cidadãos exemplares com base num conceito de *normalidade* plantado por médicos e educadores. *Normal* é quem trabalha e obedece. Normal é quem não protesta, não reivindica e colabora com a ordem estabelecida. Tudo que se afaste disso é rotulado como patologia. Por quem? Por cientistas, sobretudo juristas, médicos (higienistas, psiquiatras, pediatras) e educadores, entre os quais estavam os primeiros porta-vozes dos conhecimentos produzidos pela Psicologia.¹

Rui Barbosa, nos importantes Pareceres de 1882-1883 — que introduziram aqui concepções de escola e de pedagogia de prestígio no Oeste europeu capitalista industrial —, não podia ser mais claro quanto ao objetivo da escola nas sociedades de classes: “investe-se 2% em educação e 21% em despesas militares. É melhor pagar ao professor que ensina o respeito à propriedade do que pagar um guarda para protegê-la”.

Nas palavras do dr. Esposel — médico psiquiatra da Liga Brasileira de Higiene Mental (1925) que recomendava aos médicos que se aproximassem dos “psicologistas” — transparece a relação entre Ciência e relações de poder: ele pregava a necessidade da criação de um sistema médico-pedagógico de formação moral profilática “das psiconeuroses, de distúrbios elementares do sistema nervoso, que podem gerar paixões, crimes, idéias extremistas reivindicadoras ou revolucionárias”.

É nesse chão que a Psicologia vai sendo constituída como ciência que avaliará aptidões e selecionará quem merece e quem não merece um lugar no sistema regular de ensino. Que designará os destinados a mandar (quem será preparado para ser a elite dirigente) e os talhados para a obediência. Quem desempenhará o *trabalho intelectual* e quem se ocupará do *trabalho braçal*. Quem deverá ser extirpado do corpo social por meio de “seqüestração”, que era como na época se denominava a internação. Na verdade, não poucas vezes quem será *exterminado*, pois os índices de mortalidade em instituições corretivas para menores, manicômios e prisões eram sabidamente altos.

1. Tratei mais longamente desse tema em “Estado, Ciência e Política na Primeira República: a desqualificação dos pobres”. *Estudos Avançados*, 13 (35), 1999, p. 167-98.

A Psicologia foi convocada, desde a elaboração das teorias pedagógicas no século XIX, a colaborar com um ensino escolar de talhe *taylorista*, estruturada sob a égide da eficiência, da rapidez, da produção em série de alunos perfeitamente adaptados aos diferentes lugares que lhes serão destinados numa realidade social inquestionada. Eis a via da naturalização da desigualdade que tem origem na maneira como a sociedade se estrutura, mas é lida como diferença biológica ou psicológica de aptidão intelectual entre grupos e indivíduos.

Ao realizar essa tarefa num país como o nosso, em que o povo sempre foi zelosamente afastado dos direitos civis, sociais e políticos, os psicólogos servem à *justificação* de uma sociedade dividida em que os direitos são desiguais. Ao reforçar cientificamente a crença de que os lugares sociais são distribuídos segundo o mérito de cada um, colabora com a impressão de existência de igualdade de oportunidades, quando, na verdade, nunca fomos liberais, muito menos democráticos. Aqui o autoritarismo e o descaso das elites pelos direitos sociais e civis de todos os cidadãos — independentemente da cor e do nível social e econômico — sempre foram a marca registrada de suas relações com os subalternos.

Uma leitura crítica da história da educação escolar pública brasileira revela, desde os primórdios, um claro desejo de controle, por meio da educação, dos conflitos de classes que marcaram o período primeiro-republicano. A Pedagogia, para ser eficiente, precisava conhecer a matéria-prima a ser processada pelo ensino — as crianças — para classificá-la e, assim, moldá-la para um exercício estreito de cidadania e para diferentes carreiras escolares. Daí o seu encontro com uma Psicologia evolutiva de cunho normativo, indispensável a esse projeto. Daí a relevância assumida pelos instrumentos psicométricos. Daí uma apropriação da Psicanálise em sua versão adaptativa, "gestora de riscos sociais", como diz Robert Castel.

Esta maneira de contar a história da Psicologia vem para mostrar que ela não gera seus conceitos e teorias no vazio, num espaço neutro, o que permite que eles sejam aplicados para o bem ou para o mal. O que se está dizendo de modo cada vez mais claro é que a invenção da Psicologia acompanha uma necessidade historicamente posta de justificação da desigualdade estrutural e de controle do corpo social com procedimentos compatíveis com a ideologia liberal e a serviço dos que querem reproduzir a ordenação social em vigor porque se beneficiam dela. Como parte desse controle, a patologização dos comportamentos indesejáveis. O que equiva-

le a dizer que a Ciência é sempre engajada, que o conhecimento é sempre interessado. Mas os que fazem a Psicologia como cientistas ou profissionais tendem a desconsiderar esta questão. A ética do exercício de uma profissão é muito mais do que medidas pragmáticas que visam garantir a confidencialidade de dados sobre clientes. A ética do exercício da profissão refere-se à escala de valores que orienta essa prática. Para ingressar no âmbito ético-político da Psicologia, é preciso rever concepções e práticas de avaliação e de psicoterapia meramente adaptativas que contribuem para a reprodução de uma sociedade hierarquizada e injusta. O estudo da Psicologia a partir desta perspectiva histórica traz elementos relevantes à resposta a duas indagações que fundam esta Mesa: a que demandas a Psicologia vem respondendo desde a sua origem? De que instrumentos teóricos e práticos se munuiu para dar esta resposta? O que significa afirmar que a Ciência tem poder. Que o cientista está investido de poder. Que o psicólogo o exerce quando produz conhecimento e quando realiza as suas práticas de diagnóstico e tratamento. Pois bem, *poder de dizer* exercido em nome de quais interesses presentes nas sociedades de classes? Comprometido com o quê?

No interior dessas questões, é preciso repensar os cursos de formação de psicólogos. É certo que os currículos, desde a sua primeira versão, quando da criação dos cursos de Psicologia, foram incorporando perspectivas teóricas que não constavam do projeto inicial. Ampliou-se o objeto, o campo e os métodos da ciência psicológica e algumas disciplinas vieram para pôr o estudo do sujeito e da intersubjetividade em chave histórica, política e social. No interior do *elogio da Filosofia*, muitos docentes e pesquisadores vêm assumindo uma atitude interrogativa perante o conhecimento psicológico estabelecido, em busca de suas origens, de seus pressupostos epistemológicos e de seus compromissos.

Mas exatamente onde reside a força da Psicologia atual pode morar também a sua fragilidade. De quase monolítico, o currículo vem passando gradativamente a currículo plural que, no entanto, só confundirá os formandos se não lhes fornecer instrumentos teóricos para pensar as diferentes correntes teóricas que habitam o campo da ciência que escolheram. Daí a necessidade de *revisão curricular* rumo à aquisição, pelos psicólogos, de instrumentos filosóficos que lhes permitam pensar o pensamento da Psicologia; ou seja, que os forme como intelectuais e não como técnicos que aplicam mecanicamente procedimentos de avaliação e de psicoterapia dos quais desconhecem os fundamentos. Para isso não é preciso um curso superior de cinco anos de duração.

Só assim poderemos superar três situações: a) lamentáveis defesas emocionais e corporativas de opiniões, que impedem debates epistemológica, ética e politicamente fundamentados; b) a formação cada vez mais precária de psicólogos que vêm reduzindo a complexidade da psique a conceitos mergulhados no mais absoluto senso comum, como é o uso disseminado do termo *auto-estima*, influência nefasta dos livros de auto-ajuda que se, por um lado, revelam o grau de desamparo e solidão a que as pessoas se vêem condenadas no mundo atual, por outro, seduzem psicólogos sem crítica com um arsenal de prescrições fáceis, porque superficiais e mistificadoras; c) a crença de que basta exercer a profissão junto aos pobres para estar incluindo a Psicologia num projeto emancipador.

É preciso considerar, a cada passo, não só os limites e possibilidades historicamente postos à realização de uma sociedade mais justa, mas as possibilidades e limites da própria Psicologia, de seu arsenal de teorias e técnicas que não são nem podem ser neutras. Caminhar no sentido contrário da *amnésia da gênese* (expressão cunhada por Adorno e Horkheimer), fazendo o inventário dos compromissos políticos inscritos na Psicologia, e que recebemos como herança: eis um problema fundamental que uma historiografia crítica da Psicologia nos diz que teremos de enfrentar.